

27 FEV 1995

JOSÉ SARAIVA FELIPE \*

A Constituição de 1988 pela vez primeira dedicou toda uma seção, dentro do Capítulo da Seguridade Social, à questão da saúde. Em cinco artigos instituiu as diretrizes e o arcabouço organizacional do Sistema Único de Saúde — SUS. A generosidade, marca de toda a Carta Magna, deu o tom do novo sistema a ser implantado: atendimento universal, integralidade, controle social, financiamento descentralizado etc.

Passados já quase seis anos, o que temos vivido é o agravamento das condições de atendimento do povo. No campo da saúde pública continuamos a verificar alguns avanços: a contenção da expansão da cólera, o silêncio aparentemente definitivo da paralisia infantil, iniciativas aqui e acolá que têm melhorado o quadro da mortalidade infantil. Na área da assistência médica, a que mais aflige o cidadão desesperado pela recuperação de sua condição de vida e trabalho, o atendimento é motivo de queixa generalizada, seja por parte do doente e seus familiares, dos profissionais de saúde e dos segmentos envolvidos na prestação dos serviços.

A explicação mais corrente, manietada por gru-

# Saúde sem susto

pos de interesses diversos, é a de que o SUS não deu certo, faliu. Essa interpretação imediata é falaciosa sobre vários aspectos. Primeiro porque, passados tantos anos, o SUS com as características enumeradas na Constituição é ainda uma miragem distante. O processo de sua implantação, que passa pelo aprofundamento da municipalização e deve mexer com o modelo assistencial vigente na base dos distritos sanitários, estacou. A diretriz de participação comunitário acha-se ferida, às vezes de morte, atingida pela oficialização e formalização dos Conselhos de Saúde nos níveis federal, estadual e municipal.

E há a questão que me parece crucial: às responsabilidades amplas e generosas do SUS contrapõe-se uma retração brutal dos gastos públicos, a partir do nível federal, que reduziu para menos da metade os recursos dispendidos com a área da saúde em apenas três anos. Está bem que temos que vedar a peneira dos vazamentos, das fraudes, dos desperdícios. Mas que estes concertos indispensáveis não busquem “tapar o sol com a peneira”. O dinheiro para a saúde não vem mais do orçamento da seguridade social, ou seja, há algum tempo, nem um tostão do que é pago ao INPS pelo trabalhador e pelo empregador é gasto com assistência à saúde. Uma boa pergunta: e quem

paga a conta da saúde? Os recursos têm saído a fórceps daqui e dali, dependendo da disponibilidade ora do Tesouro, ora do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) que deveria, em tempos bicudos, estar cobrindo o seguro-desemprego e vamos por aí, batendo de porta em porta, passando o chapéu.

Num tempo em que se discute, à guisa de reforma constitucional, a superação de dogmas desgastados pelo tempo e pela história, está na hora de rever o SUS. Rever sem renegá-lo, procurando ajustá-lo aos tempos e situação correntes em termos de organização e financiamento. O SUS precisa, além de existir como referência, de funcionar.

Mas o susto que me assalta é que, diante da indigência do SUS e do sofrimento dos usuários, a pauta das reformas passa longe do tema saúde, exatamente aquele apontado por todas as pesquisas como o que mais angustia a população. Faz-se premente inclui-lo como objeto de reformas e para essa tarefa devem se mobilizar já o Parlamento, os segmentos envolvidos e a sociedade civil organizada.

\* Ex-Secretário de Estado da Saúde e deputado pelo PMDB/MG, mestrado em Administração de Serviços de